

## RESUMO DE HISTÓRIA – 1ª PROVA ABERTA (2ª ETAPA)

por: Inaê Odara

**Temas predominantes: Primeiro Reinado e Regências - Capítulo 26.**

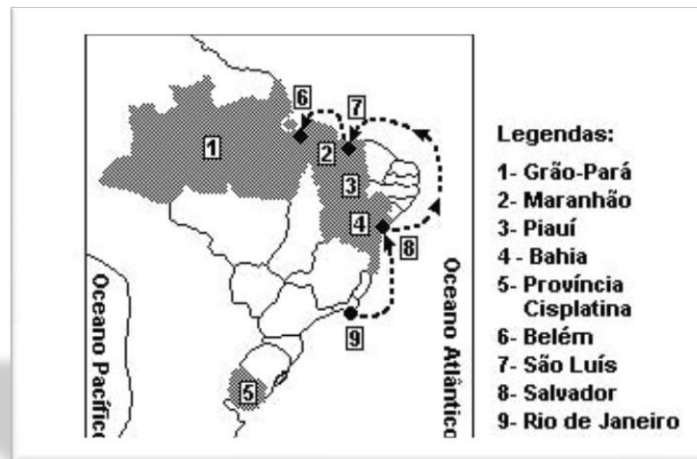
### HABILIDADES

**- Reconhecer e caracterizar os principais marcos destes processos históricos.**

Com a Independência em 1822, o Brasil não era mais colônia de Portugal. Iniciava-se então uma nova fase da história brasileira, denominada Brasil Império. O Primeiro Reinado (1822-1831) se constituiu como marco inicial dessa nova fase. D. Pedro I foi aclamado Imperador do Brasil no ano da Independência e permaneceu como maior chefe do país até 1831, ano de sua abdicação. Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, seu filho, Pedro de Alcântara, de apenas cinco anos, herdou o trono imperial. O Brasil foi governando, então, por regentes, que conduziram o governo até que o herdeiro atingisse a maioridade e assumisse o trono. A regência inaugurou uma nova fase da história do Brasil Império, marcada pela eclosão de inúmeras rebeliões sediciosas e pela reorganização das forças políticas nacionais.

**- Identificar geograficamente os processos e eventos dos períodos.**





**- Descrever e caracterizar a Carta de 1824.**

Dom Pedro I encarregou o conselho de Estado a garantir a Constituição, que foi outorgada pelo monarca em 1824. Nela estavam decretados: monarquia hereditária e constitucional, nobreza não hereditária, catolicismo como religião oficial, conselho de Estado, igualdade civil (propriedade) eleições indiretas, voto censitário e os 4 poderes (legislativo, judiciário, executivo e moderador).

A criação do poder Moderador era a principal diferença que separava a Constituição de 1824 da Constituição da Mandioca (primeiro projeto do documento). Além dos 3 poderes, o Moderador era detido, exclusivamente, nas mãos do monarca para manter o equilíbrio e harmonia entre os poderes políticos. A justificativa para a escolha do Imperador como o detentor para tamanho poder ia de uma questão cultural, que associava a figura do Rei a um pai que zelava pelo bem geral da nação, até a intenção de evitar movimentos separatistas e democracia. O poder Moderador determinava o imperador como uma pessoa “inviolável e sagrada”, não estando “sujeita a responsabilidade alguma”. D. Pedro era o Chefe Supremo da Nação.



**- Identificar critérios de organização e classificação de leis.**

Algumas das leis da Constituição de 1824:

*Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte:*

*“Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar.” – Civil (liberdade individual)*

*“É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle previamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação. .” – Civil (propriedade privada)*

*“A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.” – Civil (Igualdade Jurídica)*

*“Ficam garantidas as recompensas conferidas pelos serviços feitos ao Estado, quer Civis, quer Militares, assim como o direito adquirido a ellas na fórma das Leis”. – Económico*

*“Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto, não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmitirá aos seus descendentes em qualquer gráo que seja.” – Penal (jurídico)*

*“Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.” - Político*

#### **- Caracterizar os grupos políticos do Primeiro Reinado.**

O cenário político dividia-se em dois principais grupos políticos, durante o Primeiro Reinado: o Partido Português e o Partido Brasileiro. Ambos tinham em comum o objetivo de defender a ordem e propriedade evitando a participação popular, já que na época a ideia de democracia possuía um aspecto negativo.

**Partido Português:** composto por grandes comerciantes e altos cargos do poder público, acreditavam em um poder imperador mais forte para alcançar a ordem.

**Partido Português:** composto por proprietários de terra, apoiavam uma lei mais forte e a emancipação política do Brasil com autonomia das províncias

#### **- Caracterizar os grupos políticos das Regências.**

**Partido Brasileiro 1. Partido Liberal Moderado:** apelidado de chimangos, passou a representar, unicamente, os interesses dos grandes proprietários

agrários. Eram defensores da escravidão; da monarquia moderada, isto é, sem absolutismo; da preservação da unidade territorial do país, e da ampliação da autonomia das províncias. (Monarquia Constitucional Centralizada e Liberal)

**2. Partido Liberal Exaltado**, apelidado de farroupilhas, passou a representar os interesses das camadas urbanas. Defendiam a ampla descentralização do poder, através da autonomia administrativa das províncias e instauração do sistema federalista. Desejavam substituir a monarquia pelo regime republicano.

**Partido Português**: apenas modificou sua denominação para Partido Regressista, e seus membros foram apelidados de caramurus. Os regressistas tinham como principal objetivo articular o retorno de Pedro 1º ao trono imperial. Defendiam um regime absolutista e centralizador.



**- Explicar como a relação de D. Pedro I e os brasileiros e portugueses contribuiu para sua abdicação.**

Após a Declaração da Independência, em 1822, esperava-se que D. Pedro I tivesse um reinado no Brasil cada vez mais distanciado dos interesses de Portugal. Os termos da Constituição de 1824, que exigia um governo liberal, não foram seguidos no autoritário mandato do imperador.

Os rumores da sucessão do trono em Portugal, para sanar a crise financeira, ganharam amplitude quando o jornalista oposicionista, Líbero Badaró, foi assassinado em 1830. Sua morte foi atribuída ao regime autoritário de D. Pedro I, o que causou mais desgaste na população brasileira acerca de seu mandato.

Revoltados com a decepcionante condução política do imperador, os opositores do Rio de Janeiro se organizam e travam uma violenta batalha

contra os portugueses, em março de 1831, no episódio que ficou conhecido como Noite das Garrafadas.

A aversão à D. Pedro I se intensifica ainda mais, com opositores desafiando as leis políticas implantadas por ele e o aumento dos tumultos de moradores contrários ao regime nas ruas. Esses atos enfraquecem o alicerce político do imperador, que foi perdendo apoio dos ministros e pressionado a sair do cargo. No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro abdica do cargo de imperador, retorna à Europa e deixa o trono para seu filho Pedro, de 5 anos.

#### - Relacionar os ideais liberais à Carta de 1824.

A Carta outorgada em 1824 foi influenciada pela Constituição francesa de 1791, com um sistema representativo baseado na teoria da soberania nacional. A forma de governo era a monárquica, hereditária, constitucional e representativa, sendo o país dividido formalmente em províncias e o poder político estava dividido em quatro. A Constituição era uma das mais liberais que existiam em sua época, até mesmo superando as europeias. Apesar da Constituição prever a possibilidade de liberdade religiosa somente em âmbito doméstico, na prática, ela era total. Tanto os protestantes, como judeus e seguidores de outras religiões mantiveram seus templos religiosos e a mais completa liberdade de culto. Continha uma inovação, que era o Poder Moderador, que serviria para *"resolver impasses e assegurar o funcionamento do governo"*.

#### - Extrair de textos diferentes formas de hierarquizações sociais do período imperial.

A sociedade imperial era hierarquizada com grandes disparidades entre as classes sociais de: escravos (vistas como propriedade), não-proprietários (homens livres, pobres, brancos, mulatos, mestiços e pardos) e elite aristocrata (,proprietários, "boa sociedade").



(Fonte: SCHIMIDT, M. "História crítica no Brasil". São Paulo: Nova Geração, s.d.p.90.)